



BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.
(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
Com relatório dos auditores independentes

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.
(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial	14
Demonstração do resultado	15
Demonstração do resultado abrangente	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstração dos fluxos de caixa	18
Demonstração do valor adicionado	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20



BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ 20.451.953/0001-83

NIRE 35300481631

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ano base: 2022

Srs. Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, em especial às exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987 e a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022 ("RCVM 162"), submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A. ("Companhia") levantadas em 31 de dezembro de 2022, bem como o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes.

Cenário atual

A Companhia tem como principais atividades: (i) aquisição e securitização de créditos imobiliários, créditos hipotecários, créditos do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários, créditos hipotecários e créditos do agronegócio; (ii) gestão, administração e recuperação de carteira de crédito imobiliário e de crédito do agronegócio, próprias ou de terceiros; (iii) emissão de Certificados de Recebíveis e sua colocação no mercado financeiro, bem como de outros títulos, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"); (iv) distribuição, recompra, revenda ou resgate de títulos e valores mobiliários de sua própria emissão; (v) prestação de serviços de estruturação de operações de securitização próprias ou de terceiros; (vi) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários e em créditos do agronegócio; (vii) prestação de garantias para os valores mobiliários emitidos pela Companhia; (viii) realização de operações no mercado de derivativos visando a cobertura de riscos; e (ix) participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior (holding).



Administração da Companhia

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é atualmente composto por 03 (três) membros, eleitos em sede de Assembleia Geral Extraordinária, conforme descrito na tabela abaixo, a saber: (i) Marisa Bianculli Nassar (Presidente); (ii) Walter Martins Ferreira III (Conselheiro) e (iii) João Carlos Mansur (Conselheiro).

Conselho de Administração da BLUM Companhia de Securitização de Créditos S.A.			
Conselheiro	Data de Eleição	Ato Societário	Término do Mandato
Marisa Bianculli Nassar (Presidente do Conselho)	07 de julho de 2021	Assembleia Geral Extraordinária	13 de julho de 2023
Walter Martins Ferreira III	26 de outubro de 2022	Assembleia Geral Extraordinária	15 de julho de 2023
João Carlos Mansur (Membro do Conselho)	07 de julho de 2021	Assembleia Geral Extraordinária	13 de julho de 2023

Diretoria

A Diretoria da Companhia é atualmente composta por 02 (dois) diretores, eleitos em sede de Reunião do Conselho de Administração, conforme descrito na tabela abaixo, a saber: (i) Walter Martins Ferreira III, o qual ocupa o cargo de Diretor de Securitização; e (ii) Klermann de Pennafort Caldas Neto, o qual ocupa o cargo de Diretor de Compliance e Prevenção à Lavagem de Dinheiro.



Diretoria da BLUM Companhia de Securitização de Créditos S.A.			
Diretor	Data de Eleição	Ato Societário	Término do Mandato
Walter Martins Ferreira III	25 de outubro de 2022	Reunião do Conselho de Administração	25 de outubro de 2024
Klermann de Pennafort Caldas Neto	25 de outubro de 2022	Reunião do Conselho de Administração	25 de outubro de 2024

Economia brasileira e internacional em 2022 e 2023

A economia brasileira em 2022 foi marcada por dois importantes acontecimentos que moveram os indicadores do país ao longo dos últimos meses: o fim de uma pandemia global e as eleições gerais. A Guerra na Ucrânia foi outro acontecimento que marcou o cenário econômico no mundo, mexendo com o mercado das commodities e as exportações brasileiras.

O ano de 2022 foi bastante desafiador para os investidores ao redor do mundo. Uma possível recessão mundial, entre outros fatores, fez com que investidores repensassem suas carteiras e se tornassem mais cautelosos. Logo em fevereiro, estourou a guerra entre Rússia e Ucrânia, o que trouxe não só questões econômicas como embates geopolíticos.

A guerra impactou na alta do petróleo, fertilizantes e commodities como o trigo, além do gás cujo principal prejudicado vem sendo a Europa que dependia em largas escalas do gás russo.

O boom de commodities causado pela guerra na Ucrânia impulsionou a economia. Medidas implementadas pelo governo adicionaram a esse impulso, reforçando a renda, e a reabertura final de setores muito afetados pelo isolamento também ajudou, com aquecimento expressivo do mercado de trabalho. O resultado foi crescimento significativamente melhor que o esperado.

E no Brasil não foi diferente, o qual o ano de 2022 iniciou com o dólar cotado nos maiores patamares, com foco na volta da pandemia da Covid-19 com a Ômicron e a alta da inflação de 12 meses. A taxa Selic, que vinha numa crescente desde janeiro de 2021, subiu ainda mais em 2022, quando o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) chegou a bater em abril a casa de 12,13% no acumulado dos últimos 12 meses. A meta inicial para 2022 era de 3,5% com teto em 5%. O aumento da taxa Selic ocorreu até agosto de 2022 quando chegou a 13,75%, nível mantido desde então.



O clima econômico local deu sinais positivos em abril quando o dólar atingiu sua menor marca cotado ao redor de R\$ 4,60 no fechamento do dia 4 e o Ibovespa atingiu a máxima do ano no dia primeiro do mesmo mês quando bateu os 121.570 pontos acumulando ganhos de 15,97% até a data. Mas o entusiasmo parou por aí. Já em julho, o Ibovespa atingiu a mínima do ano batendo os 96.120,85 pontos, queda de 20,93% se contarmos desde a máxima.

A zona do euro também elevou seus juros a 2,50% em dezembro com intuito de frear a inflação dos últimos 12 meses que chegou ao patamar de 10,6% durante o ano.

Com isso, o dólar ganhou força e um fenômeno que não ocorria em 20 anos voltou a ocorrer: A moeda norte-americana chegou a ser cotada em US\$ 0,9814 a cada euro no mês, o que levou o dólar então a valer mais que o euro.

Por fim, ainda tivemos as incertezas políticas originadas a partir da corrida eleitoral do Brasil, trazendo olhares mais cautelosos entre os gestores durante o período. Mesmo após o término do segundo turno, houve dúvidas em relação a diversas áreas de atuação política do então eleito presidente, Lula, bem como se o mesmo, conseguiria emplacar as promessas de campanha tendo em vista a eleição de uma maioria no congresso nacional que tende a ir de encontro com suas ideias.

O cenário apresentado gerou altíssima instabilidade nos ativos globais o que acabou por gerar grandes oportunidades principalmente nas classes de fundos multimercados que souberam navegar as dificuldades econômicas no Brasil e, principalmente, no exterior. Já no mercado de ações brasileiro, mesmo em um ano difícil para a bolsa, alguns gestores conseguiram entregar resultados acima do índice Ibovespa, que acabou por fechar o ano com retorno positivo de 4,7%.

A melhora das perspectivas de atividade econômica foi acompanhada por aumento das pressões inflacionárias. Preços de commodities em alta reforçaram a pressão de custos que já era existente. O aquecimento do mercado de trabalho e a característica inercial do setor levaram a sucessivas altas da inflação de serviços. Cortes de impostos ajudaram a mitigar o choque, mas, para combater melhor a febre, o Banco Central do Brasil se viu forçado a aumentar a dose do remédio que tem à disposição, elevando ainda mais a taxa Selic.

Inflação

O IPCA fechou o ano de 2022 em 5,8%. No ano passado, os preços administrados (deflação de 3,8%) foram o destaque de queda em função das reduções de impostos implementadas no segundo semestre do ano. A inflação de itens industriais desacelerou no ano para 9,5% (de 11,9% em 2021) em razão, principalmente, da normalização do nível de estoques e da acomodação dos preços de commodities metálicas em reais. Por outro lado, os componentes de alimentação no



domicílio e serviços aceleraram na comparação interanual, de 8,2% para 13,2% e de 4,8% para 7,6%, respectivamente.

O preço dos combustíveis sofreu um ciclo de cortes ao longo de 2022, mas o custo deles continua 34% mais caro no fim do ano. A Petrobras mudou os valores da gasolina e do diesel 16 vezes em 2022, e a gasolina termina o ano 0,32% mais barata, enquanto o diesel sofreu um aumento de 34,43% no preço ao longo dos últimos meses. O desempenho dos combustíveis se deve pela variação do petróleo no mercado internacional e à pressão política às vésperas das eleições presidenciais.

Elevamos a nossa projeção do IPCA em 2023 para 5,8%, de 5,7%. A revisão se deu basicamente em preços administrados, com aumento do preço de combustíveis (com as mudanças do ICMS do gás de botijão e diesel e menor repasse do corte de preço da gasolina nas refinarias pela Petrobras no final do ano passado) e da estimativa de cobrança de IPVA, baseada em dados proprietários. A revisão foi parcialmente compensada por um ajuste na trajetória de serviços em função das surpresas baixistas recentes. No entanto, ainda esperamos uma aceleração de serviços no segundo e terceiro trimestres do ano, em linha com os fundamentos de um mercado de trabalho apertado.

Para 2024, mantivemos nossa projeção de inflação em 3,7%.

Avaliamos os riscos para a inflação tanto de 2023 como de 2024 como altistas. Além do possível impacto direto via aumento e volta de impostos (como o ICMS sobre combustíveis), o quadro fiscal incerto e o risco de alta da dívida pública podem aumentar o prêmio de risco, depreciar o real, pressionando a inflação e ancoragem das expectativas.

Taxa de Juros e Política Monetária

O trabalho do Banco Central de aumentar os juros para controlar a inflação também movimentou a economia brasileira no ano. A taxa Selic começou o ano em 9,25% e termina em 13,75%. Os juros sofreram 12 altas consecutivas em um ciclo de aperto monetário que começou em março de 2021 e terminou em agosto deste ano.

A primeira reunião do Copom de 2023 ocorreu nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro. Na reunião mais recente, o comitê ajustou sua comunicação para refletir o aumento dos riscos fiscais, destacando que a incerteza atual exige uma avaliação serena dos passos futuros da política fiscal – com ênfase nos impactos da incerteza fiscal sobre os preços e nas expectativas de inflação. Na ocasião, as autoridades colocaram foco importante sobre as expectativas de inflação para 2024, que desde então se deslocaram para cima (de 3,5% para 3,7%).

Não acreditamos que tal mudança, dada sua magnitude ainda modesta e todo o contexto de definições econômicas ainda em curso, deve levar a uma alteração expressiva de postura, e



esperamos que o Copom continue se atendo à estratégia de juros estáveis por período prolongado. No entanto, o comitê pode reforçar seus alertas sobre a dinâmica de expectativas de inflação e preços de ativos, em particular no que diz respeito à volatilidade recente nos mercados locais.

Seguimos esperando manutenção da taxa Selic até o quarto trimestre de 2023, quando projetamos redução para 12,50% a.a. Também mantivemos nossa projeção de taxa Selic a 10,00% a.a. ao final de 2024, mas ressaltamos, mais uma vez, que o ritmo e magnitude de redução serão altamente dependentes de escolhas fiscais que serão definidas à frente.

Contexto Operacional

Apesar de fundada no ano de 2014, a Companhia tornou-se operacional somente a partir de setembro de 2016.

Em 2022 a Blum não realizou novas emissões de certificados de recebíveis. Nesse ano, a Companhia atuou apenas no monitoramento das obrigações pós-liquidação das operações que permaneciam ativas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a receita líquida da Companhia foi de R\$ 650, 43% menor que no mesmo período do exercício anterior, apresentadas principalmente pelos serviços de estruturação de diversos clientes durante o exercício de 2022. Cabe ressaltar que a carteira de clientes fixos se manteve entre 2022 e 2021 e não tivemos nenhuma emissão de CRI e CRA durante o exercício. Por fim a Companhia segue em busca de novos negócios para 2023, com foco e novas emissões de Certificados de Recebíveis e demais títulos de securitização.

Liquidação do Certificado de Recebíveis Imobiliários - 4ª Serie da 1ª Emissão

A 4ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Blum Companhia de Securitização de Créditos foi emitida em 27 de julho de 2017, lastreada em 4 (quatro) Cédulas de Crédito Imobiliário representativas dos fluxos de pagamentos mensais decorrentes de contratos de locação. A operação possuía como garantia a alienação fiduciária de cotas do Brazil Properties Invest - Fundo de Investimento Imobiliário - FII, e o seu volume global emitido foi de R\$ 10.400.728,29 (dez milhões e quatrocentos mil e setecentos e vinte e oito reais e vinte e nove centavos), com remuneração composta por IPCA mais juros de 8,5% ao ano. A operação foi liquidada em 20 de outubro de 2022 e, durante toda a sua existência, apresentou resultado em linha com o esperado, não incorrendo em atrasos ou acionamento de garantias.

Operações Ativas

Há 02 (duas) operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") emitidos pela Companhia que ainda estão vigentes. Tais operações correspondem à (i) 1ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Blum, firmado com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário, em 20 de dezembro de 2016, com montante total de R\$ 65.893.406,70 (sessenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e três mil



quatrocentos e seis reais e setenta centavos), com vencimento previsto para 24 de janeiro de 2024; e (ii) 6ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Blum, firmado com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário, em 15 de dezembro de 2017, com montante total de R\$ 65.778.593,21 (sessenta e cinco milhões, setecentos e setenta e oito mil, quinhentos e noventa e três reais e vinte e um centavos), com vencimento previsto para 29 de dezembro de 2027.

Comentário do Desempenho

Em razão de não ter realizado novas emissões e estar apenas com duas operações ativas, a Companhia concluiu o exercício de 2022 com prejuízo de R\$ 213.800,42 (duzentos e treze mil e oitocentos reais e quarenta e dois centavos).

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas e aprovadas para emissão pela administração da Companhia, em 31 de março de 2023.

Por fim, em atendimento à RCVM 162, a Administração da Companhia informa que, até o presente momento, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, assim definidas nos termos da RCVM 162, não prestou à Companhia qualquer serviço que não o de auditoria externa das Demonstrações Financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo/SP, 31 de março de 2023

WALTER MARTINS FERREIRA III

Diretor de Securitização

Klermann de Pennafort Caldas Neto

Diretor de Compliance e Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

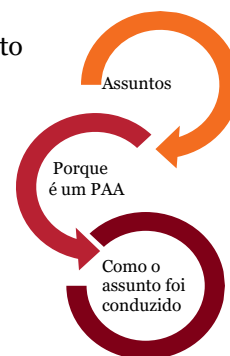
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Receita de prestação de serviços (notas 1, 2 (g) e 12)

Conforme descrito nas notas explicativas 1, 2 (g) e 12, a Companhia reconhece suas receitas em decorrência da prestação de serviços relacionados a estruturação e administração das operações de securitizações.

Essas receitas são apuradas de acordo com as definições previstas nos termos de securitização. Dessa forma, a mensuração e reconhecimento dessas receitas foram efetuadas considerando a determinação prevista na documentação de cada operação de securitização, de acordo com a avaliação efetuada pela administração quanto ao efetivo cumprimento de performance na prestação dos serviços.

Devido a relevância dos valores de receita de prestação de serviços e uso do julgamento por parte da administração quanto ao cumprimento de performance, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos incluíram: (i) o entendimento dos controles internos e procedimentos aplicados na avaliação do cumprimento de performance de cada operação e na mensuração dos valores de receita a serem reconhecidos; (ii) avaliação sobre o desenho e a implementação dos controles internos considerados relevantes no processo de avaliação do cumprimento de performance e na mensuração das receitas a serem reconhecidas; e (iii) avaliação do desenho e implementação dos controles estabelecidos para a cobrança e controle dos valores a receber de relativos à prestação dos serviços.

Efetuamos, em base amostral, testes de recálculo dos valores apropriados como receitas e a inspeção dos documentos comprobatórios das transações que originaram as receitas reconhecidas no resultado, bem como seus respectivos comprovantes de liquidação.

Consideramos que os critérios adotados pela Administração na mensuração e reconhecimento dessas receitas são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.



Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023

A handwritten signature in cursive script that reads "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Balanços patrimoniais em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais)

	<u>NE</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>		<u>NE</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	29	33	Fornecedores		1	2
Clientes	6	6	43	Partes relacionadas	9	284	-
Partes relacionadas	9	920	546	Obrigações tributárias - outros impostos	10.a	113	87
Outros créditos	7	2	157	Obrigações tributárias - Imposto de renda e contribuição social a pagar	10.b	131	-
Tributos a recuperar	8	20	18	Outras contas a pagar		12	-
Total do ativo circulante		977	797	Total do passivo circulante		541	89
				Obrigações tributárias - outros impostos	10.a	219	275
				Total do passivo não circulante		219	275
				Patrimônio Líquido	11		
				Capital social		501	501
				Prejuízos acumulados		(284)	(68)
				Total do patrimônio líquido		217	433
Total do Ativo		977	797	Total do passivo e patrimônio líquido		977	797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais)

	<u>NE</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas líquidas	12	650	1.131
Despesas			
Gerais e administrativas	13	(593)	(425)
Lucro operacional		<u>58</u>	<u>706</u>
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		8	5
Despesas financeiras		<u>(148)</u>	<u>(57)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>83</u>	<u>654</u>
Imposto de renda e contribuição social	15	(131)	(152)
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		<u>(214)</u>	<u>502</u>
Quantidade de ações - mil		501	501
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - em R\$		-R\$ 0,43	R\$ 1,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro****(Em milhares de reais)**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	(214)	502
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos dos efeitos tributários	-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	<u>(214)</u>	<u>502</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva para investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	501	-	-	(569)	(68)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	502	502
Saldos em 31 de dezembro de 2021	501	-	-	(68)	433
Prejuízo do exercício	-	-	-	(214)	(214)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	501	-	-	(284)	217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo (lucro) líquido do período	(214)	502
Ajustes para:		
Perdas de crédito esperadas	113	-
Imposto de renda e contribuição social	131	152
Variação nas contas de ativos e passivos		
Clientes	37	(43)
Outros créditos	42	78
Tributos a recuperar	(2)	32
Fornecedores	(1)	-
Obrigações tributárias	(30)	(23)
Outras contas a pagar	12	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(85)	698
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(152)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(85)	546
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Partes relacionadas – mútuo ativo	(374)	(531)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(374)	(531)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas – mútuo passivo	284	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	284	-
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(4)	14
Demonstração do saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	33	19
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	29	33
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(4)	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas		
Receitas de prestação de serviços	700	1.260
Outras receitas	-	-
	<u>700</u>	<u>1.260</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas Administrativas	(593)	(424)
Valor adicionado bruto	<u>107</u>	<u>836</u>
Valor adicionado líquido gerado	<u>107</u>	<u>836</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	8	5
Valor adicionado total a distribuir	<u>115</u>	<u>841</u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos taxas e contribuições		
Municipais	17	68
Federais	164	214
	<u>181</u>	<u>282</u>
Remuneração do capital de terceiros		
Despesas financeiras	148	57
	<u>148</u>	<u>57</u>
Remuneração do capital próprio		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(214)	502
	<u>(214)</u>	<u>502</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>115</u>	<u>841</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BLUM Companhia de Securitização de Créditos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima com registro na categoria S1 na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") desde 01 de junho de 2022, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Companhia tem como principais atividades: (i) aquisição e securitização de créditos imobiliários, créditos hipotecários, créditos do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários, créditos hipotecários e créditos do agronegócio; (ii) gestão, administração e recuperação de carteira de crédito imobiliário e de crédito do agronegócio, próprias ou de terceiros; (iii) emissão de Certificados de Recebíveis e sua colocação no mercado financeiro, bem como de outros títulos nos termos da Resolução CVM nº 60, ; (iv) distribuição, recompra, revenda ou resgate de títulos e valores mobiliários de sua própria emissão; (v) prestação de serviços de estruturação de operações de securitização próprias ou de terceiros; (vi) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários e em créditos do agronegócio; (vii) prestação de garantias para os valores mobiliários emitidos pela Companhia; (viii) realização de operações no mercado de derivativos visando a cobertura de riscos; e (ix) participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior (holding).

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios corrente e anterior, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração faça estimativas que podem afetar o valor de ativos e passivos reportados. Na elaboração destas demonstrações financeiras, foram feitas estimativas pela Administração, sendo a principal relacionada à avaliação do valor recuperável dos ativos, conforme descrito na Nota 2.3 - item C.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo, entre outros.

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração efetua uma avaliação da capacidade de continuidade da Companhia as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia está adimplente em relação às cláusulas de dívidas e compromissos financeiros na data da emissão dessas demonstrações financeiras e a Administração não identificou incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade da Companhia as suas atividades nos próximos 12 (doze) meses, tendo em vista que já tem alcançado geração de caixa positiva em suas atividades, e que a sua controladora garante os aportes de recursos necessários para que a Companhia possa fazer face aos pagamentos das suas obrigações.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas e aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 31 de março de 2023.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional". Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- a) Caixa e equivalente de caixa
- b) Instrumentos financeiros
- c) Avaliação do valor recuperável de ativos ("*Impairment*")
- d) Fornecedores
- e) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)
- f) Imposto de renda e contribuição social
- g) Apuração do resultado

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa, ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado.

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 (noventa) dias da data de contratação ou período menor e as aplicações financeiras compromissadas estão incluídas em equivalentes de caixa.

Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia, não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço.

b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por caixa e equivalentes (Nota 5), classificados ao valor justo por meio do resultado e outros créditos (Nota 7) e partes relacionadas (Nota 9), classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por fornecedores, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos ("*Impairment*")

A Companhia avalia na data de cada balanço, ou quando necessário, se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo (um "evento de perda"), e que aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia não identificou eventos que indicassem a redução de valor recuperável sobre seus ativos

d) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

e) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido (quando aplicável) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiram a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo é compensando somente se alguns critérios forem atendidos.

g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência.

3. Gestão de riscos

Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia e identificados nas suas operações e outros riscos, são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

a) Risco de mercado

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco será minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

b) Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus devedores, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por retenções, coobrigação dos cedentes, ou garantia real, assegurando a integridade do fluxo de caixa, prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores.

c) Risco de liquidez

Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre os títulos a serem emitidos e os lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez.

d) Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia estabeleceu rotinas de verificação, realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou.

4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**Alterações adotadas pela Companhia**

A seguinte alteração de norma foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- Alteração ao IAS 37 / CPC25 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento deste contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

A alteração mencionada acima não teve impacto material na Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	1	2
Banco	5	1
Aplicações financeiras (*)	22	30
Total	<u>29</u>	<u>33</u>

(*) As aplicações financeiras são representadas por cotas de fundo de investimento e aplicações automáticas, as quais possuem liquidez diária e imediata, conforme apresentado abaixo.

Nome do fundo	Administrador	Qtde. de cotas	Valor da cota em 31/12/2022	Valor total
REAG MASTER FUNDO DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADO CP	REAG DTVM	7.346	1,36	10

Nome do fundo	Administrador	Qtde. de cotas	Valor da cota em 31/12/2021	Valor total
REAG MASTER FUNDO DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADO CP	REAG DTVM	16.657	1,09	18

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nome da instituição financeira	Tipo de aplicação	2022	2021
Banco Bradesco	Aplicação automática	12	12

6. Clientes

	2022	2021
Clientes	6	43
Total	6	43

O aging list está apresentado a seguir:

	2022	2021
A vencer	6	9
Vencidos entre 30 à 60 dias	-	-
Vencidos entre 60 à 180 dias	-	-
Vencidos entre 180 à 360 dias	-	34
	6	43

7. Outros créditos

	2022	2021
Adiantamento diversos (*)	2	157
Total	2	157

(*) Refere-se ao adiantamento de despesas para projetos de estruturação de operações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 foram recebidos o montante de R\$ 42 e para o montante de R\$ 113 a Companhia constituiu uma provisão de perdas de crédito esperadas por não possuir expectativa de recebimento.

8. Tributos a recuperar

	2022	2021
IRRF a recuperar	18	16
Outros tributos a recuperar	2	2
Total	20	18

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

Ativo	2022	2021
BLUM Participações Ltda. (*)	920	546
Total	920	546

Passivo	2022	2021
I9 Serviços Administradora (**)	284	-
Total	284	-

(*) Refere-se a conta corrente com a controladora direta BLUM Participações Ltda. para capital de giro, o qual montante de R\$ 546 foi quitado ao longo do exercício de 2022 e o montante de R\$ 920 será quitado ao longo do exercício de 2023.

(**) Refere-se a mútuo a pagar com a I9 Serviços Administradora, o qual os valores a pagar são atualizados pela taxa Selic desde a data inicial até o efetivo pagamento.

10. Obrigações tributárias**10.a Obrigações tributárias - outros impostos**

	2022	2021
COFINS a recolher	-	1
ISS a recolher	1	1
Parcelamento (*)	322	360
Outros impostos	8	-
Total	332	362

Circulante	113	87
Não Circulante	219	275

(*) A Companhia reconheceu a multa pelo não recolhimento de tributos municipais entre os períodos de 2016 a 2018. A multa refere-se ao não recolhimento de ISS, em virtude da Administração entender que a taxa de performance tratava-se de um bônus pago pelo cliente, quanto atingidas determinadas metas de acordo com as diretrizes prevista no Contrato de Cessão firmado entre as partes. Logo, não se tratava de prestação de serviço de securitização, a qual serve para base de cálculo de ISS. Diante de tal fato, a Companhia em 25 de março de 2021 realizou o pedido de parcelamento dos tributos municipais perante a PMSP pelo PAT (Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários). Os tributos foram parcelados em 60 vezes, sendo o primeiro pagamento efetuado em abril e 2021. Desta forma, a Companhia classificou em seu passivo circulante as parcelas cuja liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. As demais parcelas, são demonstradas no passivo não circulante.

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresentamos a movimentação dos saldos referente ao parcelamento:

Descrição:	2022	2021
Saldo Inicial	360	423
Atualização - Correção	55	14
Pagamento	(93)	(77)
Saldo final	322	360

10.b Obrigações tributárias - Imposto de renda e contribuição social a pagar

	2022	2021
IRPJ a recolher	94	-
CSLL a recolher	37	-
Total	131	-

11. Patrimônio líquidos**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, era de R\$ 501, representado por 501.000 (quinhentas e uma mil) ações ordinárias sem valor nominal.

b) Resultado do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou um prejuízo de R\$ 214 (lucro líquido de R\$ 502 em 31 de dezembro de 2021).

c) Reservas de lucros

A Reserva Legal é constituída a partir do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 devido ao prejuízo do exercício, a Companhia não constituiu reserva legal.

d) Lucro (prejuízo) básico e lucro diluído

	2022	2021
(Prejuízo)/lucro atribuível aos acionistas da Companhia	(214)	502
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	501.000	501.000
(Prejuízo)/lucro básico e diluído por ação - em R\$	- 0,43	1,00

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O (prejuízo)/lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, conforme preconizado pela NBC TG 41 (R2) (Deliberação CVM 636/10) – resultado por ação.

O (prejuízo)/lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Não há diferença entre o prejuízo/(lucro) básico por ação e o (prejuízo)/lucro diluído pois não há ações ordinárias potenciais que poderiam ser emitidas futuramente e convertidas, bem como adiantamentos para futuro aumento de capital a serem subscritos e/ou integralizados.

12. Receitas líquidas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita bruta de serviços	700	1.260
(-) PIS e COFINS sobre serviços	(33)	(63)
(-) ISS sobre serviços	(17)	(66)
	<u>650</u>	<u>1.131</u>

13. Despesas gerais e administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços profissionais pessoa jurídica (*)	(291)	(297)
Assinaturas e publicações	(63)	(62)
Impostos e taxas	(38)	(27)
Perdas de crédito esperadas (**)	(113)	-
Outros	(87)	(39)
	<u>(593)</u>	<u>(425)</u>

(*) Refere-se substancialmente a serviços de auditoria, contabilidade e serviços jurídicos.

(**) Refere-se a constituição da provisão de perdas de crédito esperadas, o qual a Companhia não possui expectativa de recebimento sobre os adiantamentos de despesas para projetos de estruturação de operações financeiras conforme mencionado na nota explicativa 7.

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	8	5
	8	5
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(29)	(1)
IOF	(52)	(2)
Juros e encargos (*)	(68)	(54)
	(148)	(57)
Resultado Financeiro, líquido	(140)	(52)

(*) Refere-se substancialmente aos valores de juros e encargos relativos ao parcelamento conforme detalhado na nota explicativa 10.a.

15. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro real antes da compensação	409	501
Devido IRPJ - 15%	(61)	(75)
Adicional - 10%	(33)	(32)
Total de IRPJ	(94)	(107)
Lucro real antes da compensação	409	501
Devido CSLL - 9%	(37)	(45)
Total de CSLL	(37)	(45)
Total de IRPJ e CSLL	(131)	(152)

A Companhia é optante do regime de tributação do lucro real, o qual mensalmente realiza o cálculo com base no lucro real tributável do respectivo mês. A despesa de IRPJ e CSLL apresentada em 31 de dezembro de 2022 se refere substancialmente ao lucro real tributável no montante de R\$ 409 e uma despesa de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 131 no segundo trimestre do exercício e tais valores estão refletidos na demonstração do resultado do exercício e no passivo da Companhia.

16. Contingências

A Companhia não é parte envolvida em nenhum processo judicial e/ou administrativo na esfera cível, trabalhistas ou tributária, conseqüentemente, não foi registrada provisão para cobrir eventuais riscos para os períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

BLUM COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS S.A.

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Outras informações

Remuneração do pessoal-chave

Os Administradores da Companhia não receberam remuneração fixa nos exercícios de 2022 e de 2021.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 475, a Companhia informa que não está exposta a riscos de mercado considerados relevantes por sua administração, considerando as características dos instrumentos financeiros.

18. Informações sobre Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários

Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 1º de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo os Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações financeiras conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas.

Em atendimento a essa disposição, a Companhia deixou de divulgar nas suas notas explicativas, as informações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 3 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 31 de dezembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos naquela data.

19. Independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 414/2004 da CVM, registre-se que a Companhia, no período, não contratou nem teve serviço prestado pela PwC - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

20. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base de 31 de dezembro de 2022 das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.
